

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS RIO VERDE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
MARIA EDUARDA VIEIRA TROVO

**FATORES QUE INFLUENCIAM O AUMENTO NO PREÇO DOS ALIMENTOS QUE
COMPÕEM A CESTA BÁSICA NO ESTADO DE GOIÁS**

RIO VERDE– GO
2024

MARIA EDUARDA VIEIRA TROVO

**FATORES QUE INFLUENCIAM O AUMENTO NO PREÇO DOS ALIMENTOS QUE
COMPÕEM A CESTA BÁSICA NO ESTADO DE GOIÁS**

Trabalho de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração, sob orientação da Prof. Dr Rúbia Cristina Arantes Marques.

**RIO VERDE – GO
2024**

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

V658f VIEIRA TROVO, MARIA EDUARDA
FATORES QUE INFLUENCIAM O AUMENTO NO PREÇO
DOS ALIMENTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA NO
ESTADO DE GOIÁS / MARIA EDUARDA VIEIRA TROVO.
Rio Verde 2024.

46f. il.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rúbia Cristina Arantes Marques.
Tcc (Bacharel) - Instituto Federal Goiano, curso de 0220293 -
Bacharelado em Administração - Rio Verde (Campus Rio

1. Preços. 2. Inflação. 3. Alimentos. 4. IPCA. 5. Goiás. I. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO

PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)

Dissertação (mestrado)

Monografia (especialização)

TCC (graduação)

Artigo científico

Capítulo de livro

Livro

Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: ☐ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☐ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☐ Sim ☐ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente

MARIA EDUARDA VIEIRA TROVO
Data: 13/03/2025 17:03:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Local

Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Documento assinado digitalmente

RUBIA CRISTINA ARANTES MARQUES
Data: 13/03/2025 17:19:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 1/2025 - GP-POLO/POLO/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 10 dia(s) do mês de março de 2025, às 20 horas e 30 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Rúbia Cristina Arantes Marques (orientadora), Haihani Silva Passos(membro), Silvia Ferreira Marques Salustiano(membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “FATORES QUE INFLUENCIAM O AUMENTO NO PREÇO DOS ALIMENTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA NO ESTADO DE GOIÁS” do(a) estudante Maria Eduarda Trovo, Matrícula nº 2021102202930494 do Curso de Bacharelado em Administração do IF Goiano – Campus Rio Verde. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

(Assinado Eletronicamente)

(Rúbia Cristina Arantes Marques)

Orientador(a)

(Assinado Eletronicamente)

(Haihani Silva Passos)

Membro

(Assinado Eletronicamente)

(Silvia Ferreira Marques Salustiano)

Membro

Observação:

() O(a) estudante não compareceu à defesa do TC.

Documento assinado eletronicamente por:

- Rubia Cristina Arantes Marques, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/03/2025 15:23:26.
- Haihani Silva Passos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/03/2025 15:25:41.
- Silvia Ferreira Marques Salustiano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/03/2025 15:26:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 685960

Código de Autenticação: 9effb54780



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Polo de Inovação

Rodovia Sul Goiana Km 01, None, Zona Rural, RIO VERDE / GO, CEP 75.901-970

None

RESUMO

Este estudo analisou a variação dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica no estado de Goiás, entre 2018 e 2023, com o objetivo de compreender os fatores que impactam diretamente esses custos e propor soluções para mitigar suas oscilações. A pesquisa utilizou dados quantitativos fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de referências bibliográficas relevantes. Foi adotado o Ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar, Agir) como ferramenta metodológica para estruturar a coleta, análise e interpretação dos dados. Os resultados revelaram que a pandemia de Covid-19 (2020-2021) e o início da guerra na Ucrânia (2022) foram os principais eventos que impactaram os preços dos alimentos. Esses fatores contribuíram para disrupções logísticas, aumento nos custos de insumos agrícolas e pressões inflacionárias, elevando significativamente o custo da cesta básica, especialmente em itens como arroz, feijão, óleo de soja e carne bovina. A inflação alimentar, medida pelo IPCA, apresentou forte correlação com os aumentos dos preços médios, afetando desproporcionalmente as famílias de baixa renda. Apesar das políticas públicas adotadas, como a redução do ICMS em Goiás, o impacto foi limitado diante das crises globais e sazonais. O estudo também destacou a evolução da composição da cesta básica, que passou a incluir alimentos frescos e minimamente processados, refletindo maior preocupação com a diversidade nutricional e a segurança alimentar. Conclui-se que a estabilização dos preços exige medidas estruturais, incluindo incentivos à produção local, fortalecimento logístico e maior autossuficiência agrícola. Os resultados reforçam a importância de políticas públicas integradas para garantir a acessibilidade econômica dos alimentos e mitigar os efeitos da inflação sobre a população mais vulnerável.

Palavras-chave: Preços. Inflação. Alimentos. IPCA. Goiás.

ABSTRACT

This study analyzed the variation in the prices of food items that make up the basic food basket in the state of Goiás, between 2018 and 2023, with the aim of understanding the factors that directly impact these costs and proposing solutions to mitigate their fluctuations. The research used quantitative data provided by the National Supply Company (Conab) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), including the Broad Consumer Price Index (IPCA), in addition to relevant bibliographic references. The PDCA Cycle (Plan, Do, Check, Act) was adopted as a methodological tool to structure the collection, analysis, and interpretation of data. The results revealed that the Covid-19 pandemic (2020-2021) and the outbreak of the war in Ukraine (2022) were the main events that impacted food prices. These factors contributed to logistical disruptions, increased agricultural input costs, and inflationary pressures, significantly increasing the cost of the basic food basket, especially for items such as rice, beans, soybean oil, and beef. Food inflation, measured by the IPCA, was strongly correlated with increases in average prices, disproportionately affecting low-income families. Despite the public policies adopted, such as the reduction of the ICMS in Goiás, the impact was limited in the face of global and seasonal crises. The study also highlighted the evolution of the composition of the basic food basket, which now includes fresh and minimally processed foods, reflecting greater concern for nutritional diversity and food security. It is concluded that price stabilization requires structural measures, including incentives for local production, strengthening logistics, and greater agricultural self-sufficiency. The results reinforce the importance of integrated public policies to ensure the affordability of food and mitigate the effects of inflation on the most vulnerable population.

Keywords: Prices, Inflation, Food, IPCA, Goiás.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação cesta básica 2018.....	25
Gráfico 2: Variação cesta básica 2019.....	27
Gráfico 3: Variação cesta básica 2020.....	28
Gráfico 4: Variação cesta básica 2021.....	30
Gráfico 5: Variação cesta básica 2022.....	31
Gráfico 6: Variação cesta básica 2023.....	33
Gráfico 7: Importação/Exportação do Arroz (2018 a 2023)	38
Gráfico 8: Variação preço arroz, óleo de soja e carne bovina em 2020.....	39
Gráfico 9: Variação preço arroz, óleo de soja e carne bovina em 2020.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo geral preço cesta básica entre os anos 2018-2023.....	35
Tabela 2: Variação Anual do IPCA e Preços Médios (2018–2023)	37
Tabela 3: IPCA Alimentar 2020 x IPCA Alimentar 2021)	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Teoria da oferta e demanda e seu impacto nos preços dos alimentos	10
2.2 Inflação e Índice de Preços ao Consumidor (IPCA)	13
2.3 Políticas Públicas e tributação sobre os alimentos essenciais	17
3 METODOLOGIA	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2018.....	30
4.2 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2019.....	26
4.3 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2020.....	28
4.4 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2021.....	30
4.5 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2022.....	31
4.6 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2023.....	32
4.7 Comparativo de preços mensais por ano	34
4.8 Fatores que afetam o aumento dos preços dos alimentos	36
4.9 Relação entre variação de preços e IPCA.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6 REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

A variação dos preços dos alimentos da cesta básica no Brasil tem sido objeto de preocupação constante, especialmente em períodos marcados por crises econômicas e sociais que impactam diretamente o poder de compra das famílias e a segurança alimentar da população. Esse tema, particularmente relevante para o estado de Goiás, reflete as complexas interações entre fatores econômicos, como inflação, oferta e demanda, e as políticas públicas destinadas a mitigar os efeitos dessas oscilações. No Brasil, a cesta básica é composta por alimentos essenciais que, devido à sua inelasticidade de demanda, sofrem flutuações de preços que afetam de forma desproporcional as famílias de baixa renda, agravando as desigualdades econômicas.

Este trabalho tem como objetivo investigar as oscilações nos preços dos alimentos que compõem a cesta básica no estado de Goiás, no período compreendido entre 2018 e 2023, analisando como esses movimentos se correlacionam com a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de considerar outros fatores econômicos, como a teoria da oferta e demanda e as políticas públicas aplicadas no período. O estudo abrange um intervalo de tempo marcado por eventos significativos, como a pandemia de COVID-19 e o início da guerra na Ucrânia, que geraram impactos profundos no mercado de alimentos, seja pela desorganização das cadeias globais de suprimentos, seja pelo aumento dos custos de insumos agrícolas e de energia.

A relevância desta pesquisa está na sua contribuição para a compreensão dos fatores que determinam os preços dos alimentos essenciais. Além de analisar as oscilações nos preços, a pesquisa busca identificar os produtos mais afetados e os fatores subjacentes que provocaram essas variações. A análise considera o impacto das políticas públicas e tributárias relacionadas à segurança alimentar, bem como a influência de programas de transferência de renda, como o *Bolsa Família*, na formação dos preços.

O problema central da pesquisa está em compreender quais fatores econômicos, sociais e políticos foram determinantes para as oscilações nos preços dos alimentos da cesta básica em Goiás no período estudado. Em meio a essas questões, busca-se investigar como as políticas públicas, os custos de produção e as

dinâmicas de mercado influenciaram o comportamento dos preços e de que forma as variações se relacionaram com a inflação medida pelo IPCA. Nesse sentido, o estudo não se limita à análise econômica, mas busca também propor reflexões sobre intervenções mais eficazes para estabilizar os preços dos alimentos, promovendo acessibilidade e segurança alimentar.

A justificativa para este estudo reside na importância de compreender os determinantes econômicos e sociais das flutuações de preços em alimentos essenciais, que são itens indispensáveis para a sobrevivência das famílias e, por isso, impactam diretamente a qualidade de vida da população. Ao analisar o comportamento dos preços e as políticas públicas envolvidas, espera-se que esta pesquisa contribua para o debate acadêmico e para a formulação de estratégias que possam minimizar os impactos negativos da inflação alimentar, especialmente sobre as famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Assim, esta pesquisa se propõe a analisar a evolução dos preços médios dos alimentos da cesta básica em Goiás ao longo dos últimos cinco anos, relacionando essas variações com os índices de inflação e os principais fatores econômicos que afetam a formação dos preços. Ao mesmo tempo, pretende avaliar a eficácia das medidas públicas para mitigar os efeitos da inflação alimentar e propor recomendações que contribuam para a promoção da segurança alimentar e para a estabilidade no mercado de alimentos. Com isso, busca-se ampliar o entendimento sobre as dinâmicas que regem o mercado de alimentos essenciais, fornecendo subsídios para políticas públicas mais eficientes e socialmente justas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da oferta e demanda e seu impacto nos preços dos alimentos

A teoria da oferta e da demanda é um dos pilares fundamentais da economia moderna e serve como base para entender como os preços dos alimentos são determinados em um mercado competitivo. A oferta refere-se à quantidade de bens ou serviços que os produtores estão dispostos a oferecer a diferentes preços, enquanto a demanda se refere à quantidade de bens ou serviços que os consumidores estão dispostos a comprar. A interação entre essas duas forças determina o preço de mercado de qualquer bem, incluindo os alimentos essenciais que compõem a cesta básica (Ferreira; Coelho, 2017).

A oferta de alimentos depende de diversos fatores, como condições climáticas, tecnologia de produção, custo dos insumos agrícolas e disponibilidade de mão de obra. Quando as condições climáticas são favoráveis e a produção agrícola é abundante, a oferta de alimentos tende a aumentar, o que pode levar a uma queda nos preços, desde que a demanda permaneça constante. No entanto, se houver uma redução na produção agrícola devido a desastres naturais, como secas ou enchentes, a oferta de alimentos pode ser significativamente reduzida, resultando no aumento dos preços (Anibal, 2022).

Ademais, um fator relevante para a oferta de alimentos é o custo dos insumos agrícolas, como fertilizantes, combustíveis e sementes. Quando o preço desses insumos aumenta, os custos de produção também se elevam, o que pode levar os produtores a reduzirem a quantidade de alimentos ofertados no mercado, pressionando os preços para cima. Da mesma forma, melhorias tecnológicas que aumentam a eficiência da produção podem elevar a oferta de alimentos, ajudando a estabilizar ou até reduzir os preços (Gonçalves; Farias, 2023).

Contudo, a demanda por alimentos é influenciada por fatores como crescimento populacional, renda disponível e preferências dos consumidores. À medida que a população aumenta, a demanda por alimentos também cresce, o que pode elevar os preços, especialmente se a oferta não acompanhar esse crescimento da demanda. A renda disponível dos consumidores é fundamental, pois, em períodos de crescimento

econômico, as pessoas tendem a consumir mais alimentos, aumentando a demanda e, potencialmente, os preços (Braz, 2022).

A teoria da demanda também aponta que as preferências dos consumidores podem afetar os preços dos alimentos. Por exemplo, o aumento da demanda por alimentos orgânicos e produtos sustentáveis nos últimos anos, especialmente entre consumidores de renda mais alta, tem pressionado os preços desses produtos para cima. A oferta limitada de alimentos orgânicos em relação à crescente demanda eleva os preços, criando um cenário típico de mercado em que a oferta não consegue satisfazer completamente a demanda (Ferreira; Coelho, 2017).

A elasticidade da demanda também é um conceito importante para entender como os preços dos alimentos são afetados. A elasticidade mede o grau de sensibilidade da quantidade demandada em relação às mudanças no preço. No caso dos alimentos essenciais, como arroz, feijão e pão, a demanda tende a ser inelástica, ou seja, mesmo que os preços aumentem, a quantidade demandada não cai significativamente, já que são produtos necessários para a subsistência. Isso explica por que, em períodos de inflação, o preço dos alimentos básicos tende a subir de forma mais acentuada (Domingues, 2023).

Quando a oferta e a demanda interagem, o mercado atinge o que os economistas chamam de "equilíbrio de mercado". Nesse ponto, a quantidade de alimentos que os produtores estão dispostos a oferecer ao preço de mercado é exatamente igual à quantidade que os consumidores estão dispostos a comprar. No entanto, mudanças em qualquer um dos lados da equação pode desestabilizar esse equilíbrio e causar flutuações nos preços (Anibal, 2022).

A globalização e as cadeias de suprimento também têm um impacto significativo na oferta e na demanda de alimentos. A interconectividade dos mercados globais significa que eventos climáticos ou políticos em um país podem afetar os preços dos alimentos em outro. Por exemplo, a guerra na Ucrânia em 2022 afetou drasticamente a oferta global de grãos, levando a um aumento generalizado dos preços dos alimentos em todo o mundo (Braz, 2022).

Os subsídios e as políticas governamentais também influenciam a oferta e a demanda de alimentos. Subsídios agrícolas podem aumentar a oferta de certos produtos alimentícios, tornando-os mais acessíveis aos consumidores e ajudando a manter os preços baixos. Por outro lado, a retirada de subsídios ou o aumento de

impostos sobre insumos agrícolas pode reduzir a oferta e elevar os preços (Gonçalves; Farias, 2023).

Os alimentos, especialmente os grãos, são frequentemente negociados em mercados futuros, onde especuladores apostam no aumento ou na queda dos preços. Essas especulações podem desestabilizar os preços de mercado, muitas vezes elevando-os artificialmente, mesmo quando não há mudanças substanciais na oferta ou na demanda (Burigo, 2020).

O papel da inflação também é central na compreensão das variações dos preços dos alimentos. Em um ambiente inflacionário, o aumento geral dos preços reduz o poder de compra dos consumidores, e os alimentos, que são produtos essenciais, tendem a sofrer aumentos mais acentuados, como demonstrado em estudos sobre a inflação alimentar durante a pandemia da Covid-19 (Baccarin; Oliveira, 2021).

A demanda por alimentos é altamente influenciada por políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família no Brasil. Quando o governo injeta mais dinheiro na economia por meio de programas de assistência social, há um aumento imediato na demanda por alimentos, especialmente entre as famílias de baixa renda. Tal fator pode pressionar os preços para cima, principalmente em regiões onde a oferta de alimentos é limitada (Retamiro et al., 2018).

As crises econômicas também afetam a demanda por alimentos. Em períodos de recessão, a renda das famílias tende a cair, o que reduz a demanda por produtos alimentícios mais caros, como carnes e laticínios, enquanto a demanda por alimentos básicos, como arroz e feijão, pode permanecer estável ou até aumentar, já que esses produtos são mais acessíveis (Carvalho, 2021).

Os alimentos são bens essenciais cuja demanda dificilmente diminui significativamente, mesmo em tempos de crise, fazendo com que o impacto de mudanças na oferta, seja por condições climáticas, seja por interrupções nas cadeias de suprimento, tenha um efeito desproporcionalmente grande sobre os preços. A interseção entre as variáveis de oferta e demanda mostra como o mercado de alimentos é sensível a mudanças e como essas mudanças podem afetar significativamente os preços e o poder de compra das famílias (Anibal, 2022; Brignani, 2023).

Essa complexa interação entre oferta e demanda destaca a importância de políticas públicas eficazes para estabilizar os preços dos alimentos, especialmente em momentos de crise econômica ou desastres naturais. Intervenções governamentais, como controle de preços, subsídios agrícolas e programas de transferência de renda, podem ser necessárias para garantir que os alimentos permaneçam acessíveis, mesmo em tempos de volatilidade do mercado (Burigo, 2020).

2.2 Inflação e Índice de Preços ao Consumidor (IPCA)

A inflação é um fenômeno econômico amplamente estudado e ocorre quando há um aumento generalizado e contínuo nos preços dos bens e serviços em uma economia. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um dos principais indicadores utilizados no Brasil para medir a inflação. Desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA reflete a variação nos preços de um conjunto de bens e serviços que compõem o consumo das famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários-mínimos, abrangendo a maioria dos consumidores brasileiros (IBGE, 2022).

O papel do IPCA como indicador de inflação é fundamental para a definição de políticas econômicas no Brasil. O Conselho Monetário Nacional (CMN) utiliza o IPCA como referência para estabelecer a meta de inflação, e o Banco Central, por meio do Comitê de Política Monetária (Copom), utiliza a taxa Selic para tentar mantê-la dentro do objetivo. Quando a inflação medida pelo IPCA está acima da meta, o Copom pode aumentar a Selic para conter a alta dos preços. Se a inflação estiver abaixo da meta, a taxa pode ser reduzida para estimular o consumo e o investimento (Furlan, 2023).

A inflação impacta diretamente o poder de compra dos consumidores. À medida que os preços aumentam, a quantidade de bens e serviços que uma pessoa pode adquirir com a mesma quantia diminui. No Brasil, o IPCA é usado como referência não só para o planejamento econômico, mas também para a correção de salários, aposentadorias e outros benefícios sociais, tornando o índice altamente relevante para a vida cotidiana dos brasileiros (Baccarin; Oliveira, 2021).

Os alimentos são uma das categorias mais sensíveis às variações da inflação, devido à sua natureza essencial. Quando há aumento de preços nos produtos da cesta básica, o impacto é sentido de forma mais acentuada pelas famílias de baixa

renda, que destinam uma parte significativa de seus recursos para a compra de alimentos. Em períodos de alta inflação, o aumento no preço dos alimentos é uma das principais fontes de pressão sobre o IPCA (Carvalho, 2021).

No contexto da inflação, o comportamento dos preços dos alimentos pode ser influenciado por diversos fatores, incluindo condições climáticas, custos de produção e variações nos preços dos insumos agrícolas, como fertilizantes e combustíveis. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, o Brasil experimentou uma inflação significativa no setor de alimentos, em parte devido às dificuldades nas cadeias de suprimento e ao aumento da demanda global por commodities agrícolas (Anibal, 2022).

O IPCA é calculado com base em uma cesta de consumo que inclui alimentos, vestuário, saúde, educação, transporte e habitação. Cada um desses itens tem um peso específico no cálculo do índice, de acordo com sua importância relativa no orçamento familiar. No caso dos alimentos, o peso é particularmente alto, o que significa que variações nos preços dos produtos alimentícios têm um impacto significativo sobre o índice geral de inflação (Domingues, 2023).

A alta dos preços dos alimentos pode ser resultado de uma oferta insuficiente em relação à demanda. Fatores como mudanças climáticas adversas, interrupções nas cadeias de suprimento e políticas governamentais inadequadas podem reduzir a oferta de alimentos e, conseqüentemente, elevar seus preços. Quando esses aumentos ocorrem de forma contínua e generalizada, contribuem diretamente para a elevação do IPCA (Ferreira; Coelho, 2017).

O câmbio também desempenha um papel importante na formação dos preços dos alimentos no Brasil. Muitos insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, são importados e, portanto, seus preços estão atrelados à variação do dólar. Em períodos de desvalorização da moeda nacional, o aumento nos custos de produção é repassado para o consumidor final, pressionando o IPCA (Brignani, 2023).

O impacto da inflação no setor de alimentos não é uniforme, afetando de maneira distinta diferentes grupos de consumidores. Famílias de baixa renda, por exemplo, sentem o impacto de forma mais acentuada, pois destinam uma maior parcela de seus rendimentos para a compra de alimentos. Já as famílias de renda mais alta conseguem absorver melhor esses aumentos, uma vez que os alimentos representam uma fração menor de seus orçamentos (Burigo, 2020).

Durante a pandemia de Covid-19, o Brasil vivenciou uma forte inflação alimentar, que fez o IPCA alcançar níveis elevados. De acordo com dados do IBGE, os alimentos da cesta básica tiveram aumento expressivo, especialmente produtos como arroz, feijão e óleo de soja. Esse fenômeno foi atribuído a uma combinação de fatores, como a alta demanda por exportações agrícolas e a desvalorização do real, que encareceu os insumos agrícolas importados (Baccarin; Oliveira, 2021).

No entanto, é importante ressaltar que o controle da inflação, particularmente da inflação alimentar, envolve não apenas ajustes nas políticas monetárias, como a elevação da taxa de juros, mas também intervenções governamentais no mercado de alimentos. Subsídios e incentivos à produção agrícola, por exemplo, podem aumentar a oferta de alimentos e, assim, ajudar a conter a alta dos preços (Aranha, 2022).

A inflação dos alimentos é especialmente preocupante em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde grande parte da população depende de programas sociais e da cesta básica para garantir a segurança alimentar. Quando a inflação atinge patamares elevados, o impacto sobre as populações mais vulneráveis é severo, pois os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, podem não ser suficientes para compensar o aumento dos preços (Retamiro et al., 2018).

Nesse sentido, o IPCA atua como um instrumento importante para que o governo ajuste seus programas de assistência social. Com base nos índices de inflação medidos pelo IPCA, o valor dos benefícios sociais pode ser corrigido de acordo com as variações nos preços, ajudando a mitigar os efeitos da inflação sobre a população mais vulnerável (Morais; Campelo Filho; Sousa, 2023).

A relação entre inflação e IPCA também é visível no comportamento dos consumidores. Em períodos de inflação alta, as famílias tendem a reavaliar seus hábitos de consumo, substituindo produtos mais caros por alternativas mais baratas. Esse fator é particularmente comum no setor de alimentos, onde o consumidor pode optar por itens de menor valor ou reduzir o consumo de certos produtos para compensar o aumento dos preços (Farias, 2022).

Vale ressaltar o impacto da inflação e do IPCA na política de preços administrados, como combustíveis e tarifas de energia elétrica. Esses itens têm grande peso no IPCA e suas variações de preços podem provocar aumentos generalizados, afetando todos os setores da economia, incluindo o de alimentos.

Quando o preço da energia aumenta, os custos de produção e transporte dos alimentos também sobem, elevando o IPCA (Braz, 2022).

As projeções do IPCA são frequentemente utilizadas por economistas e analistas de mercado para prever tendências inflacionárias. Essas previsões são baseadas em modelos econométricos que levam em consideração fatores como a política monetária, as condições climáticas e as variações cambiais. Ao prever o comportamento futuro da inflação, o governo pode adotar medidas preventivas para evitar que o IPCA atinja níveis insustentáveis (Ros; Bisognin; Reis, 2023).

Um exemplo recente da importância do IPCA foi o período de alta inflacionária durante a pandemia de Covid-19, quando o Banco Central teve que ajustar a política monetária várias vezes para conter a inflação. A Selic, taxa básica de juros, foi elevada sucessivas vezes em resposta à aceleração do IPCA, em uma tentativa de estabilizar os preços e controlar a inflação, especialmente no setor de alimentos (Furlan, 2023).

Apesar das intervenções do Banco Central, o IPCA permaneceu em níveis elevados durante grande parte da pandemia, refletindo a dificuldade de controlar a inflação em um cenário de crise global e disrupção nas cadeias de suprimento. Esse fenômeno destacou a importância de medidas complementares, como políticas fiscais e subsídios ao setor agrícola, para conter a alta dos preços e estabilizar o IPCA (Gonçalves; Farias, 2023).

O IPCA é mais do que um simples indicador de inflação; ele representa o reflexo das pressões inflacionárias sobre a economia e o bem-estar das famílias brasileiras. Manter o IPCA sob controle não é apenas uma meta do Banco Central, mas uma condição necessária para garantir a estabilidade econômica e o poder de compra da população, especialmente em um país como o Brasil, onde a inflação pode ter efeitos devastadores sobre as classes mais vulneráveis (IBGE 2022).

2.3 Políticas Públicas e tributação sobre os alimentos essenciais

As políticas públicas trabalham na regulação dos preços dos alimentos essenciais e na garantia da segurança alimentar. No Brasil, o governo utiliza diversos mecanismos para influenciar o mercado de alimentos, seja por meio de subsídios à produção agrícola, isenções fiscais, ou pela implementação de políticas de transferência de renda. Um dos principais objetivos dessas políticas é reduzir o impacto da inflação alimentar sobre as famílias de baixa renda, que são as mais afetadas pelos aumentos nos preços dos produtos da cesta básica (Domingues, 2023).

A tributação é uma ferramenta importante que o governo brasileiro usa para influenciar o preço dos alimentos. A aplicação de impostos sobre os alimentos essenciais pode aumentar seus preços no mercado, enquanto a redução ou isenção de tributos pode torná-los mais acessíveis para a população. No Brasil, produtos que fazem parte da cesta básica, como arroz, feijão e óleo de soja, têm uma tributação reduzida em muitos estados, através da isenção ou redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (Brasil, 1988).

A Instrução Normativa Nº 394/99-GSF, que isenta ou reduz o ICMS sobre produtos da cesta básica em várias unidades federativas, é um exemplo claro de como a tributação pode influenciar o mercado de alimentos essenciais. Essa medida tem o intuito de garantir que itens básicos de alimentação permaneçam acessíveis à população, especialmente em períodos de alta inflação. Entretanto, a eficácia dessas políticas depende da correta implementação e monitoramento por parte das autoridades fiscais (Silva, 2022).

Além da tributação, os subsídios agrícolas são fundamentais no incentivo à produção de alimentos. Subsídios governamentais para insumos como fertilizantes, sementes e maquinário agrícola permitem que os produtores diminuam seus custos de produção, o que pode resultar em menores preços ao consumidor final. Essa política é amplamente utilizada em países desenvolvidos e, no Brasil, algumas regiões também implementam subsídios para apoiar pequenos agricultores, que são responsáveis por grande parte da produção de alimentos consumidos internamente (Fornazier; Belik, 2013).

Um exemplo de política pública que influencia o preço dos alimentos no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece linhas de crédito com juros subsidiados para pequenos produtores. O objetivo do PRONAF é incentivar a produção de alimentos, promovendo o aumento da oferta no mercado interno e, assim, ajudando a controlar os preços. O programa também é importante para garantir que alimentos frescos e nutritivos estejam disponíveis para as populações mais vulneráveis (Mendes, 2022).

No entanto, a tributação sobre os alimentos essenciais no Brasil ainda enfrenta desafios. A alta carga tributária indireta, como o ICMS, PIS e COFINS, pode elevar os preços desses produtos, especialmente quando não há isenção ou redução adequada desses tributos. Embora a isenção fiscal sobre os alimentos da cesta básica seja uma realidade em algumas regiões, nem sempre essas políticas são aplicadas de forma uniforme em todo o país. Gerando disparidades regionais nos preços dos alimentos essenciais, com alguns estados experimentando preços significativamente mais altos do que outros (Silva; Araújo; Farias, 2023).

As políticas públicas de controle de preços podem atuar em momentos de crise, como observado durante a pandemia de Covid-19. Durante esse período, o governo federal implementou medidas de auxílio emergencial e expandiu o programa *Bolsa Família* para proteger as famílias mais vulneráveis dos impactos da inflação alimentar. Essas políticas ajudaram a mitigar os efeitos do aumento de preços, mas também levantaram debates sobre a necessidade de uma reforma tributária mais ampla para garantir uma tributação mais justa e progressiva sobre os alimentos (Retamiro et al., 2018).

A isenção ou redução de tributos sobre os alimentos essenciais, como o ICMS, pode ser uma política eficaz para controlar a inflação alimentar e proteger o poder de compra das famílias de baixa renda. No entanto, essa política deve ser acompanhada por outras medidas complementares, como subsídios à produção agrícola e programas de apoio ao pequeno produtor, para garantir que a oferta de alimentos continue alta e os preços permaneçam estáveis (Gonçalves; Farias, 2023).

Um aspecto importante a ser considerado é que a redução da carga tributária sobre os alimentos essenciais não pode ser vista isoladamente. É necessário que essas políticas façam parte de um conjunto mais amplo de estratégias governamentais que envolvam a promoção da produção sustentável, o incentivo à

agricultura familiar e a criação de mercados locais de alimentos. O que ajuda a garantir que a população tenha acesso a alimentos frescos e saudáveis, a preços acessíveis, mesmo em tempos de crise econômica (Fornazier; Belik, 2013).

Um exemplo de política pública que influencia a acessibilidade aos alimentos essenciais é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra alimentos diretamente de agricultores familiares e os distribui a instituições assistenciais. O PAA não só garante o escoamento da produção agrícola de pequenos produtores, mas também ajuda a regular os preços dos alimentos no mercado, aumentando a oferta em momentos de escassez (Furlan, 2023).

As políticas de tributação e subsídio devem ser constantemente reavaliadas para garantir que continuem cumprindo seus objetivos de garantir a segurança alimentar da população. Uma crítica recorrente às políticas de isenção fiscal sobre os alimentos é que, em alguns casos, os benefícios dessas isenções não são repassados integralmente ao consumidor final. Ou seja, os produtores e distribuidores podem manter os preços altos, mesmo com a redução de tributos, gerando distorções no mercado (Burigo, 2020).

A transparência e a fiscalização são elementos essenciais para o sucesso dessas políticas. O governo deve garantir que as reduções fiscais e os subsídios sejam utilizados para seu propósito original: reduzir os preços dos alimentos para os consumidores. Sem a devida fiscalização, existe o risco de que esses incentivos sejam apropriados pelos agentes intermediários, resultando em pouca ou nenhuma redução de preço para os consumidores finais (Morais; Campelo Filho; Sousa, 2023).

Uma reforma tributária mais abrangente também é necessária para tornar a tributação dos alimentos essenciais mais justa e eficiente. Especialistas sugerem a criação de um imposto sobre o valor agregado (IVA), que substituiria parte dos tributos indiretos atualmente aplicados sobre os alimentos. Esse modelo tributário poderia ser mais transparente e garantir que os alimentos essenciais fossem tributados de forma proporcional à sua importância social (Silva; Leal; Farias, 2023).

Além das políticas de tributação e subsídios, as políticas públicas voltadas para a nutrição e segurança alimentar também têm um impacto significativo na disponibilidade e acessibilidade dos alimentos essenciais. Programas como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) buscam garantir que os brasileiros tenham acesso a

alimentos saudáveis e nutritivos, mesmo em tempos de crise econômica (Ferreira; Coelho, 2017).

Em momentos de crise, como durante a pandemia de Covid-19, a implementação de políticas emergenciais foi importante para evitar um colapso no acesso aos alimentos essenciais. Contudo, a criação de um sistema tributário e de políticas de subsídios mais resilientes é fundamental para garantir a segurança alimentar de forma contínua e sustentável (Brignani, 2023).

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, descritiva e explicativa, com o objetivo de analisar a variação dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica no estado de Goiás no período de 2018 a 2023. A metodologia fundamenta-se na aplicação do Ciclo PDCA (Planejar, Fazer, Verificar, Agir), uma ferramenta de administração que permite a análise sistemática de dados e a proposição de melhorias baseadas nos resultados obtidos, sendo está aplicada na estruturação, planejamento, análise dos dados e na definição de estratégias para equilibrar o preço da cesta. Para o processamento dos dados, foi utilizado o Microsoft Excel, com a aplicação de técnicas de tabulação e análise de dados, incluindo cálculos estatísticos e comparações entre os preços ao longo do período estudado, possibilitando a avaliação das variações. A pesquisa também utiliza dados coletados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de integrar tendências de preços, identificar variações e compreender os fatores determinantes dessas oscilações.

Planejar (Plan): Nesta etapa, foram definidos os objetivos e os fatores que impactam os preços dos alimentos da cesta básica. O foco foi compreender como a inflação (IPCA), a teoria da oferta e demanda, e as políticas públicas e tributárias influenciam o comportamento dos preços. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes passos:

- A seleção dos alimentos que compõem a cesta básica foi baseada na Instrução Normativa nº 394/99-GSF, que define os itens essenciais para isenção ou redução do ICMS em Goiás. Os produtos considerados incluem açúcar cristal, arroz beneficiado (tipo II), café torrado e moído, extrato de tomate, farinha de mandioca (lisa e torrada), feijão anão (cores, tipo II), fubá de milho, farinha, pão, leite pasteurizado, macarrão (tipo espaguete), óleo de soja refinado, pão vitaminado (50g) e sal refinado iodado. Além desses, foram incluídos carne, batata e tomate, por sua relevância no consumo popular.
- Identificação das bases de dados confiáveis para extração dos preços (Conab e IBGE).
- Definição do período de análise (2018 a 2023).

- Planejamento da coleta e organização dos dados, priorizando a obtenção de informações que permitam uma análise detalhada das tendências de preços ao longo do período.

Fazer (Do): Os dados históricos foram coletados, organizados e analisados em etapas. As informações sobre os preços mensais foram extraídas do banco de dados da Conab, abrangendo os preços de varejo praticados no estado de Goiás, e os dados do IPCA geral e alimentar foram obtidos do IBGE. As etapas da análise incluem:

- Cálculo das médias mensais e anuais: Os preços de cada alimento foram organizados para evidenciar as tendências e variações ao longo do período estudado.
- Identificação de variações significativas: Foram calculadas as variações percentuais mensais e anuais, destacando os alimentos com maior aumento ou redução de preços.
- Correlação com o IPCA: A relação entre as variações nos preços dos alimentos e as variações do IPCA foi investigada, permitindo a compreensão do impacto da inflação sobre os preços.
- Classificação dos fatores econômicos: Os aumentos e reduções foram categorizados com base na influência de fatores como oferta, demanda, inflação e tributação.

Verificar (Check): Nesta etapa, os resultados obtidos foram avaliados para identificar padrões e tendências. As análises incluíram:

- Comparação entre anos: Os preços médios anuais dos alimentos foram comparados, identificando oscilações significativas.
- Verificação da relação com o IPCA: A análise comparativa entre inflação e preços dos alimentos revelou padrões de comportamento e inconsistências nos dados.
- Identificação de discrepâncias: Foram avaliadas possíveis anomalias, como aumentos expressivos em períodos específicos que não apresentavam justificativas claras, considerando os fatores econômicos e sociais.

Agir (Act): Com base nos resultados da análise, foram elaboradas propostas de melhoria para minimizar os impactos das oscilações de preços. As propostas incluem:

- Recomendações de políticas públicas, como ajustes tributários (ampliação da isenção ou redução do ICMS para itens da cesta básica) e incentivos à produção agrícola.

- Estratégias para estabilizar a oferta e a demanda, como subsídios para insumos agrícolas e incentivo à produção local.
- Medidas para mitigar o impacto da inflação, como a ampliação de programas de transferência de renda e o monitoramento mais eficiente dos preços ao consumidor.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos das seguintes fontes:

- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab): Dados mensais sobre os preços de varejo dos alimentos que compõem a cesta básica no estado de Goiás.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Índices mensais do IPCA geral e do IPCA de alimentos para o período de 2018 a 2023.
- Legislação estadual e federal: Normativas relacionadas à tributação e políticas públicas, como a Instrução Normativa nº 394/99-GSF, que define os itens da cesta básica.

Os dados coletados foram tratados estatisticamente para identificar tendências e variações nos preços dos alimentos. Os valores foram organizados em tabelas e gráficos, permitindo a visualização clara das oscilações ao longo dos anos. Foi aplicado um modelo de correlação para verificar a relação entre o IPCA e os preços dos alimentos, proporcionando uma compreensão detalhada do impacto da inflação nos itens essenciais.

A análise considerou os alimentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 394/99-GSF, que define os itens essenciais da cesta básica para fins de isenção ou redução do ICMS no estado de Goiás. Os produtos considerados foram: açúcar cristal, arroz beneficiado (tipo II), café torrado e moído, extrato de tomate, farinha de mandioca (lisa e torrada), feijão anão (cores, tipo II), fubá de milho, leite pasteurizado, macarrão (tipo espaguete), óleo de soja refinado, pão vitaminado (50g) e sal refinado iodado.

Além desses itens, foram incluídos na pesquisa carne bovina, batata inglesa e tomate, alimentos amplamente consumidos e essenciais na alimentação da população, conforme apontado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE (IBGE, 2020). A inclusão desses produtos permitiu uma avaliação mais abrangente das variações de preços, proporcionando uma visão mais completa sobre os fatores que impactam o custo da cesta básica.

As quantidades utilizadas em nossa análise foram baseadas nos padrões adotados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), considerando os seguintes composição: açúcar cristal (5 kg), arroz tipo 1 (5 kg), café moído e torrado (250 g), extrato de tomate (340 g), feijão tipo 1 (1 kg), fubá de milho (1 kg), leite integral (1 litro), macarrão espaguete (500 g), óleo de soja (900 ml), pão francês (1 kg), sal (1 kg), carne bovina ponta de agulha (1 kg), batata inglesa (1 kg) e tomate (1 kg).

Essas quantidades foram adotadas para garantir compatibilidade com os dados disponíveis e permitir comparações precisas ao longo do período analisado. Cabe destacar que a composição da cesta básica nacional considera uma composição voltada para o consumo familiar, enquanto a Conab utiliza parâmetros ajustados para o monitoramento de preços e políticas de abastecimento.

Entre as limitações encontradas, destaca-se a ausência de dados de alguns alimentos no banco de dados da Conab. Itens como farinha de mandioca lisa e torrada e pão vitaminado de 50g não constavam no banco de dados durante o período estudado impossibilitando a análise desses produtos.

Além disso, verificou-se a ausência de registro de preços para alguns alimentos, como batata inglesa, café moído e torrado, carne bovina, sal e tomate de outubro a dezembro de 2023. Para suprir essa lacuna, foi utilizado o algoritmo Random Forest, uma técnica de aprendizado de máquina que permite estimar valores ausentes com base em padrões históricos e na relação entre os itens da cesta básica. O modelo atribuiu pesos de importância a cada item com base no impacto na formação do custo total da cesta, conforme as métricas de aumento do erro médio quadrado (IncMSE) e pureza dos nós (IncNodePurity).

Com o resultado desses pesos, aplicou-se a média ponderada para calcular os valores estimados, atribuindo maior influência aos itens mais relevantes na composição do preço total da cesta. Assim, os preços mensais observados foram multiplicados pelos respectivos pesos normalizados e somados, garantindo uma projeção mais precisa. Esse cálculo seguiu a metodologia do Valor Total Estimado (VTE) e do Valor Mensal Estimado (VME). O modelo apresentou uma explicação de 98,2% da variação dos preços, assegurando alta precisão na estimativa. Dessa forma, os valores projetados mantêm coerência com os padrões observados nos dados reais.

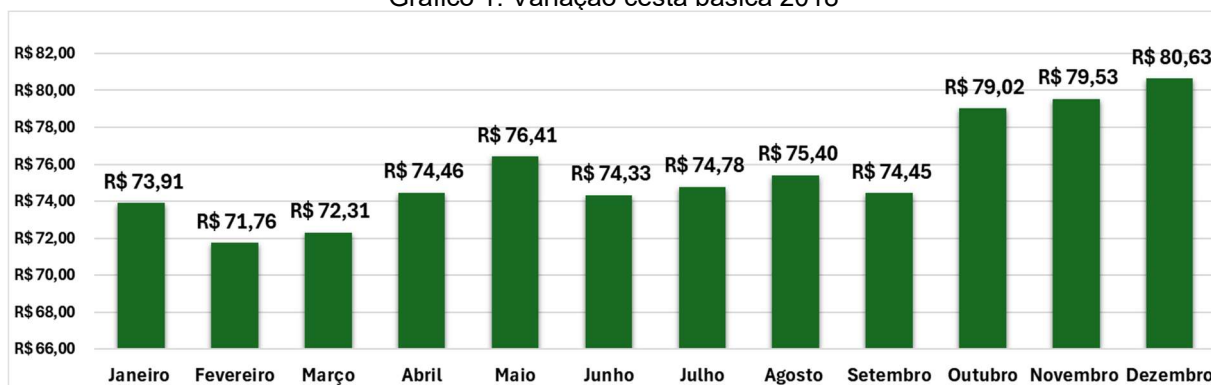
Um ponto de atenção é a restrição geográfica do estudo, que se concentra exclusivamente no estado de Goiás, não abrangendo variações regionais ou nacionais que poderiam complementar a análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2018

A análise dos preços médios mensais da cesta básica em Goiás, no ano de 2018, revela uma considerável variação ao longo do período, com destaque para o aumento registrado em dezembro, o maior valor mensal do ano (R\$ 80,63), e o menor valor em fevereiro (R\$ 71,76). Essa oscilação de 12,36% evidencia a sensibilidade dos preços dos alimentos essenciais aos fatores econômicos, sazonais e climáticos, corroborando estudos de Aníbal (2022) que destacam a volatilidade do custo da cesta básica em diferentes regiões brasileiras, atribuída à interação entre a oferta, demanda e variáveis externas como políticas tributárias e inflação.

Gráfico 1: Variação cesta básica 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os produtos que mais influenciaram as oscilações de preços foram a batata inglesa, o tomate e a carne bovina. Em maio, a batata inglesa teve um aumento de 151%, evidenciando sua vulnerabilidade a fatores climáticos. Fornazier e Belik (2013) destacam que choques climáticos podem reduzir a oferta agrícola, o que explica essa variação no preço. O tomate também registrou aumentos expressivos (+107% em novembro) seguido de reduções significativas (-27% em dezembro), comportamento típico de culturas sazonais com elevada sensibilidade logística e de armazenamento.

(Farias, 2022). Já a carne bovina apresentou um aumento de 32% no preço entre dezembro e janeiro, sendo o alimento com a maior alta nesse período, refletindo o impacto dos custos de insumos e transporte, conforme discutido por Gonçalves e Farias (2023).

Os resultados apontam para uma forte correlação entre a inflação alimentar, medida pelo IPCA, e as oscilações dos preços da cesta básica. A literatura, como discutido por Baccarin e Oliveira (2021), destaca que os alimentos são especialmente sensíveis à inflação devido à sua inelasticidade na demanda – mesmo em períodos de aumento de preços, o consumo não apresenta queda significativa, dada sua essencialidade. Essa característica pode ser observada na estabilidade relativa de itens básicos, como arroz e feijão, que apresentaram variações percentuais menores ao longo do ano.

A composição da cesta básica de Goiás, regulada pela Instrução Normativa nº 394/99-GSF, reflete esforços do estado para reduzir a carga tributária sobre alimentos essenciais, isentando ou reduzindo o ICMS de produtos como açúcar, arroz e leite. No entanto, a eficácia dessas políticas é limitada pela sazonalidade e por choques externos. Brignani (2023) destaca que, embora a redução tributária seja relevante para a acessibilidade, ela precisa ser acompanhada por incentivos à produção local e subsídios para insumos agrícolas, o que minimizaria os efeitos de oscilações climáticas e de oferta, como observado no caso da batata inglesa.

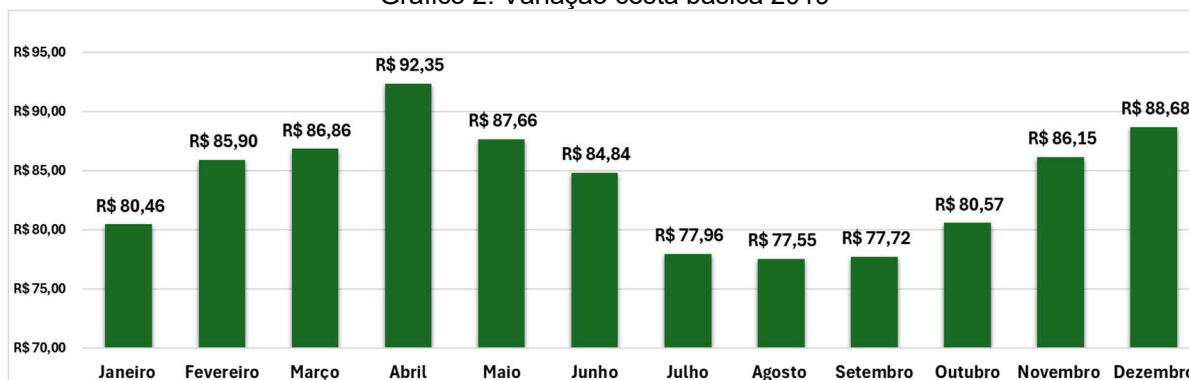
Ademais, as variações sazonais nos preços, como o aumento do leite (+31% em junho) e do tomate no final do ano, ilustram a necessidade de políticas públicas complementares que promovam estabilidade na produção e oferta de alimentos. Retamiro et al. (2018) sugerem que programas como o PRONAF, voltados para a agricultura familiar, poderiam ser mais bem utilizados para garantir uma produção mais estável e diversificada.

4.2 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2019

A análise dos dados de 2019 revela variações percentuais expressivas nos preços dos alimentos da cesta básica ao longo do ano no estado de Goiás. O custo total da cesta básica iniciou o ano em R\$ 80,46 e encerrou em R\$ 88,68, representando um aumento de 10% ao longo do ano. Esse aumento reflete, em parte,

as pressões sazonais, custos de insumos e dinâmicas de oferta e demanda que afetam o mercado de alimentos, conforme descrito por Anibal (2022) e Braz (2022).

Gráfico 2: Variação cesta básica 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O pico do custo total da cesta básica ocorreu em abril, quando atingiu R\$ 92,35, representando um aumento de 6%. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo aumento do preço do tomate (38%), seguido pelo pão francês (25%), seguido pela batata (15%) e o sal (11%), refletindo tanto os aumentos nos custos de insumos como a alta demanda no mercado interno, alinhada com o que foi descrito por Brignani (2023).

No mês de agosto, observou-se o menor custo total da cesta básica (R\$ 77,55), indicando um recuo de -3,62% em relação a janeiro. Esse comportamento foi motivado por reduções no preço do tomate (-50%), do leite (-3%), pão francês e carne bovina (-4%). Essas quedas podem ser atribuídas ao aumento da oferta pontual de alguns produtos devido a condições climáticas favoráveis no início do ano, como também apontado por Silva (2022).

A cesta básica encerrou o ano com o segundo maior valor registrado, atingindo R\$ 88,68 em dezembro. Embora os preços tenham se mantido estáveis nesse mês, as variações nos preços ao longo do período resultaram nesse nível elevado. Em outubro, itens como macarrão (+28%), batata (+16%), óleo (+10%) e fubá (+13%) tiveram reajustes expressivos. Em novembro, os maiores aumentos foram observados na carne bovina (+29%), feijão (+22%), tomate (+26%) e pão francês (+13%). Já em dezembro o tomate teve aumento de 55%. Essas oscilações refletem pressões

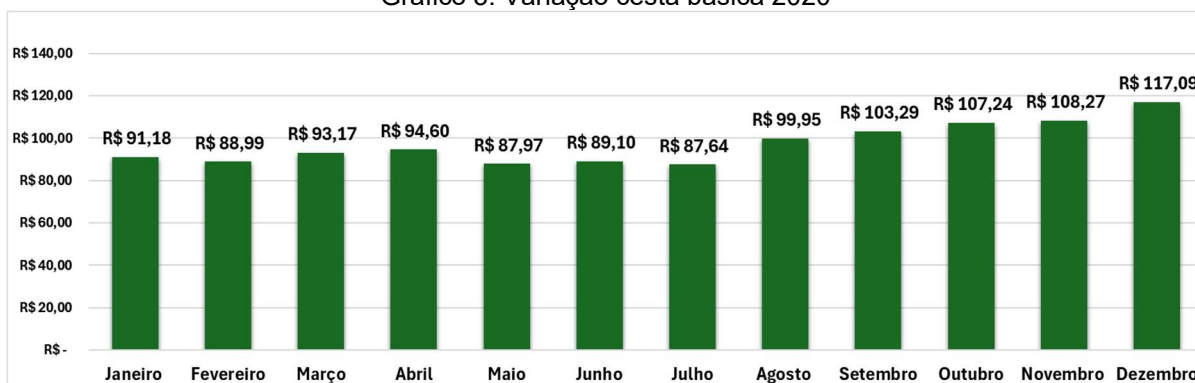
inflacionárias típicas do fim de ano, aumento da demanda e custos logísticos, conforme descrito por Baccarin e Oliveira (2021).

A inflação alimentar, medida pelo IPCA de alimentos, teve um impacto significativo sobre os preços da cesta básica em 2019. O IPCA geral encerrou o ano em 8,03% (IBGE, 2019), evidenciando uma pressão inflacionária mais intensa sobre os alimentos. Isso reforça a conclusão de Braz (2022), que destaca o impacto desproporcional da inflação sobre itens essenciais, especialmente os alimentos.

4.3 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2020

No ano de 2020, os preços dos itens que compõem a cesta básica no estado de Goiás apresentaram variações expressivas, especialmente no segundo semestre, devido aos impactos econômicos e logísticos provocados pela pandemia da Covid-19. Durante esse período, a variação dos preços dos alimentos refletiu diretamente pressões econômicas, como a inflação alimentar, a desvalorização cambial e a alta demanda interna e externa por itens essenciais. Os dados demonstraram aumentos acentuados em diversos produtos ao longo do ano, evidenciando o efeito combinado de choques de oferta e demanda sobre a inflação alimentar, conforme argumentado por Ferreira e Coelho (2017).

Gráfico 3: Variação cesta básica 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No primeiro semestre, os preços apresentaram relativa estabilidade nos meses iniciais, mas já em março começaram a subir, com destaque para o feijão, que teve alta de 43%, seguido pelo leite e a batata, ambos com 26%, e pelo tomate, que subiu 21%. Em abril, a batata teve alta de 65%, o macarrão de 38% e o sal de 36%,

impulsionados pelas restrições logísticas internas e pela valorização do dólar, que encareceu insumos agrícolas como fertilizantes e combustíveis. Esse cenário confirma as análises de Brignani (2023), que apontam a dependência do Brasil de insumos importados como um fator determinante para a inflação de custos nos alimentos.

O segundo semestre, no entanto, foi marcado por picos de aumento em alimentos essenciais. Itens como arroz, batata e óleo de soja registraram altas expressivas. O arroz, por exemplo, apresentou aumento de 31% em agosto e 26% em setembro, enquanto a batata atingiu a 82% de aumento em outubro. Esses aumentos foram impulsionados pela combinação de fatores como a alta demanda global por grãos, o aumento nas exportações e a redução da oferta interna. A carne bovina também registrou aumento significativo, com alta de 33% de janeiro para dezembro. Esse movimento foi impulsionado pelo crescimento das exportações para mercados emergentes, como a China, reduzindo a oferta no mercado interno. Esses resultados estão alinhados com os achados de Lima (2021), que destacam o impacto do mercado externo e da variação cambial na pressão sobre os preços dos alimentos no Brasil.

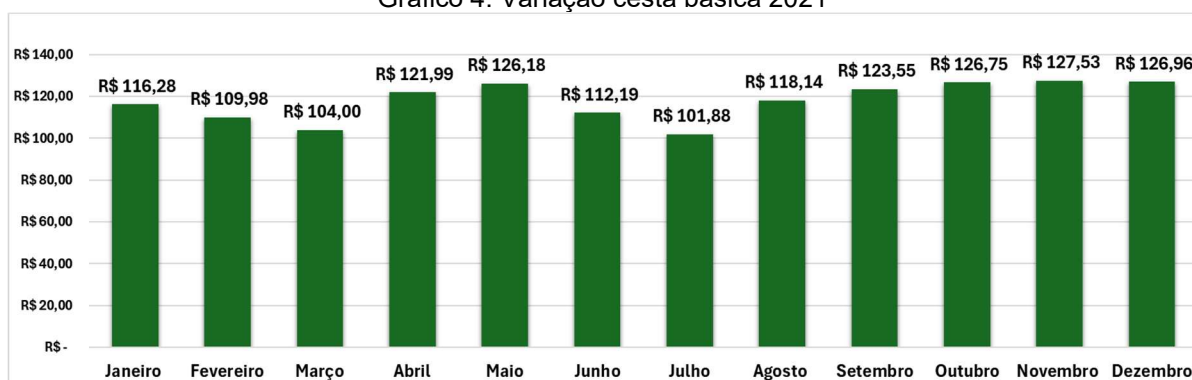
A análise dos preços revela que a inflação alimentar acumulada no ano, conforme medida pelo IPCA, atingiu os 15,93 %, um marco muito superior ao registrado em anos anteriores. Este fenômeno está alinhado às observações de Domingues (2023), que apontam a pandemia como catalisadora de uma inflação estrutural nos alimentos, especialmente em países com forte dependência de commodities agrícolas. O auxílio emergencial, ao aumentar o poder de compra das famílias de baixa renda, elevou a demanda por alimentos básicos, intensificando a pressão inflacionária.

Os aumentos observados nos preços dos itens da cesta básica em 2020 reforçam a relevância da Teoria da Oferta e Demanda, conforme descrita por Ferreira e Coelho (2017). Os choques de oferta, causados pelas interrupções nas cadeias de suprimento, e a forte demanda interna sustentada por transferências de renda, resultaram em aumentos de preços que afetaram principalmente os consumidores mais vulneráveis. Itens como arroz e óleo de soja, que registraram altas superiores a 30%, demonstram a fragilidade do setor alimentício brasileiro diante de crises globais.

4.4 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2021

Para o ano de 2021, a análise dos preços da cesta básica no estado de Goiás demonstra um cenário de intensas variações, reflexo das pressões econômicas e das dinâmicas da inflação no período. O preço total da cesta básica apresentou aumentos consecutivos, atingindo picos significativos em meses como setembro e dezembro, com um salto percentual notável no final do ano. Esse comportamento foi amplamente influenciado por fatores estruturais relacionados à oferta e à demanda, aos custos de insumos e aos impactos diretos da inflação no setor alimentício.

Gráfico 4: Variação cesta básica 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados coletados mostram aumentos significativos em produtos essenciais. Em agosto, por exemplo, os preços da carne bovina e da batata foram os principais responsáveis pela alta no total da cesta. Enquanto o preço da carne bovina aumentou 52%, o da batata teve um aumento de 82%, devido a condições climáticas adversas e ao aumento nos custos dos insumos agrícolas. Esses resultados confirmam os estudos de Aníbal (2022) e Brignani (2023), que apontam a influência desses fatores no aumento dos preços da cesta básica.

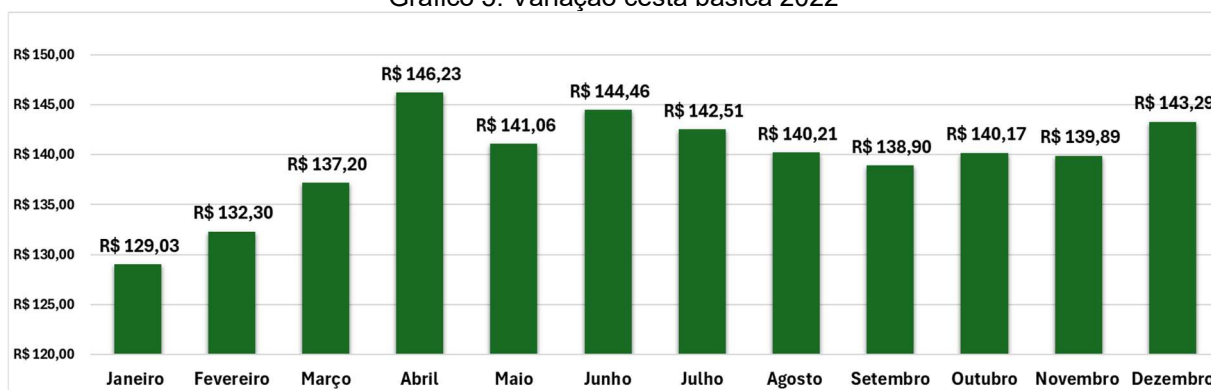
A análise também revela um impacto direto da inflação, com o IPCA acumulado para alimentos em 2021 refletindo os desafios da cadeia de abastecimento global e a alta do dólar, que encareceu os insumos importados. Esses elementos foram amplamente discutidos por Baccarin e Oliveira (2021), que analisaram o impacto da pandemia sobre a inflação de alimentos no Brasil. Produtos como o óleo de soja, que dependem de insumos importados, apresentaram estabilidade ao longo do ano, mas registraram um aumento de 13% em dezembro.

Destaca-se o comportamento estável de itens como açúcar cristal, feijão e óleo de soja, que, apesar de variações menores, contribuíram para amortecer o impacto do aumento do custo total da cesta. A estabilidade relativa desses produtos reforça a importância de políticas públicas que promovam incentivos fiscais e subsídios para a produção e comercialização de itens essenciais.

4.5 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2022

Com base nos dados apresentados para o ano de 2022, percebe-se um movimento distinto nos preços da cesta básica, evidenciando fatores econômicos e sazonais que influenciaram diretamente os valores dos itens essenciais. Os meses de março e abril registraram aumentos significativos, atribuídos principalmente ao óleo e ao tomate, refletindo os desafios enfrentados pelo setor agrícola em relação à oferta desses produtos. Esse comportamento está alinhado à análise de Aníbal (2022), que destaca a volatilidade dos preços da cesta básica como reflexo de desequilíbrios na oferta e na demanda, frequentemente intensificados por eventos climáticos e logísticos.

Gráfico 5: Variação cesta básica 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A elevação de preços em abril (7%) foi impulsionada por itens como batata, feijão e leite, sugerindo que questões relacionadas ao custo de produção e transporte foram determinantes, conforme descrito por Carvalho (2021), que explora os impactos do aumento dos combustíveis e dos insumos agrícolas no encarecimento de produtos essenciais. Já em maio, observou-se uma redução modesta, liderada por macarrão e

tomate, indicando que a estabilização parcial da oferta impactou os preços. Esse movimento segue a lógica apontada por Braz (2022), que ressalta a importância de políticas públicas eficazes para suavizar oscilações no mercado.

No segundo semestre, os meses de junho e julho foram marcados por elevações contínuas nos preços do feijão e do leite, reforçando o impacto da sazonalidade e da alta demanda por produtos básicos. De acordo com Farias (2022), essas variações estão intrinsecamente ligadas à inflação acumulada no setor alimentício, evidenciada pelo aumento no IPCA Alimentação registrado no mesmo período.

Agosto trouxe um leve alívio nos preços, principalmente para a batata e o tomate, sugerindo maior disponibilidade desses produtos no mercado. No entanto, os preços voltaram a subir em setembro e outubro, demonstrando vulnerabilidades na cadeia de suprimentos, como descrevem Burigo (2020) e Aranha (2022). Esses autores apontam que, sem investimentos em infraestrutura e incentivos à produção local, a instabilidade no abastecimento continuará impactando diretamente o consumidor final.

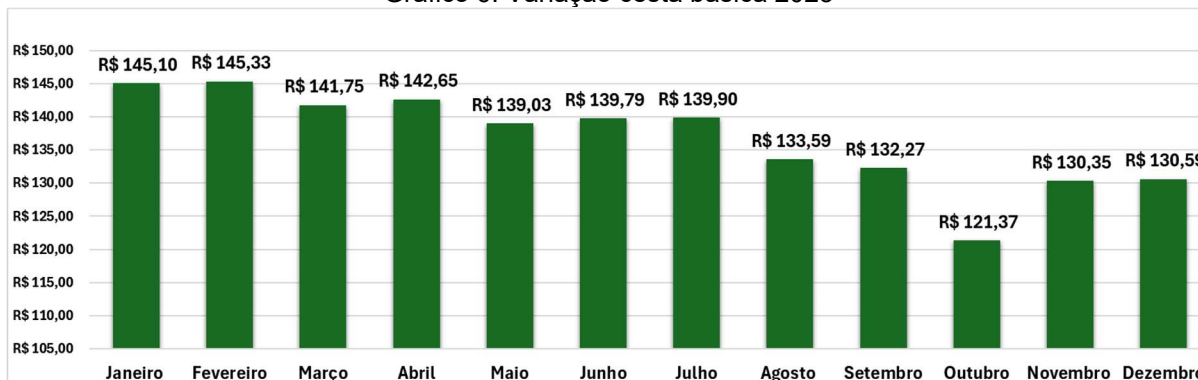
Os meses de outubro e novembro consolidaram um padrão de estabilização relativa, ainda que itens como batata e tomate tenham apresentado aumentos pontuais. A elevação do custo da cesta básica no final do ano reflete os desafios enfrentados no controle da inflação e a necessidade de intervenções estruturais, como propõe Brignani (2023) em sua análise sobre tributação e acessibilidade de alimentos no Brasil.

4.6 Análise dos Preços Médios Mensais – Ano de 2023

A análise dos dados referentes ao ano de 2023 demonstra que o comportamento dos preços da cesta básica no estado de Goiás foi caracterizado por uma estabilidade relativa de janeiro a julho, com variações pouco expressivas. Contudo, a partir de agosto, observa-se uma queda mais acentuada nos preços, culminando em outubro, quando os valores atingem níveis inferiores aos registrados no início do ano e alcançam seu menor patamar no período analisado, com uma redução de aproximadamente 16% em relação a janeiro, configurando-se como o mês de maior alívio financeiro para os consumidores. Dezembro, por outro lado, reverte

essa tendência, apresentando uma elevação significativa nos preços, o que indica um movimento de recuperação ou reposicionamento típico da sazonalidade no final do ano.

Gráfico 6: Variação cesta básica 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No contexto das commodities individuais, destacam-se os comportamentos distintos de alguns itens. A batata, por exemplo, apresenta reduções contínuas nos meses de abril, maio, agosto e setembro. O tomate também segue um padrão de declínio em meses como agosto e setembro. Outros itens, como o arroz e o extrato de tomate, mantêm uma trajetória relativamente estável, com variações menos impactantes ao longo do ano.

Os fatores que contribuem para essas flutuações incluem tanto questões de oferta quanto de demanda. A oferta de produtos frescos, como batata e tomate, é altamente suscetível a variáveis climáticas e aos custos de insumos agrícolas, enquanto a demanda pode ser influenciada por mudanças no poder de compra da população, reflexos da inflação e políticas públicas. A literatura corrobora essa análise: estudos como os de Baccarin e Oliveira (2021) destacam o impacto das disrupções nas cadeias de suprimento e as pressões inflacionárias sobre alimentos durante períodos de incerteza econômica. Da mesma forma, as observações de Brignani (2023) ressaltam a relevância de políticas tributárias, como a redução do ICMS, na mitigação do impacto dos preços para o consumidor final.

Destaca-se um ponto relevante em 2023: o comportamento do IPCA Alimentação, que, de acordo com os dados do IBGE, acompanhou de perto as variações observadas na cesta básica, com um aumento mais expressivo no final do ano, sugerindo uma correlação direta entre os movimentos inflacionários gerais e os preços dos alimentos básicos. Esse cenário reforça a necessidade de intervenções

estruturais no setor. Furlan (2023) destaca que medidas de política monetária e incentivos fiscais podem ser essenciais para estabilizar os preços em momentos de maior volatilidade.

4.7 Comparativo de preços mensais por ano

A análise comparativa dos itens da cesta básica nos anos de 2018 e 2023 evidencia mudanças significativas que refletem adaptações tanto nas políticas públicas quanto nas necessidades nutricionais da população brasileira. Em 2018, a cesta básica era composta por itens tradicionais, como carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo, batata, tomate, pão francês, café em pó, banana, açúcar, óleo de soja e margarina, conforme levantamento do Procon Goiás. Esses alimentos representavam a base alimentar essencial, especialmente para famílias de baixa renda.

Vale descartar que, em 2024, a composição da cesta básica nacional foi ampliada, conforme o Decreto nº 11.936, de 6 de março de 2024, que incorporou uma maior diversidade de alimentos, como frutas (abacate, maçã, mamão, laranja e melancia), raízes e tubérculos (batata inglesa), cereais (arroz, macarrão, farinha de trigo e flocos de milho), leguminosas (feijão de cores) e carnes e ovos (suína, bovina, frango e ovo) (BRASIL, 2024).

Adicionalmente, alimentos frescos, como beterraba, abóbora, alface, alho, cebola e cenoura, além de frutos secos e nozes, como castanhas, foram incluídos, demonstrando maior preocupação com a diversidade nutricional e a oferta de alimentos minimamente processados. Essas mudanças refletem uma tentativa de alinhamento às recomendações de segurança alimentar e nutricional, priorizando alimentos saudáveis e sustentáveis, como apontado por Domingues (2023).

Apesar da manutenção de itens básicos, como açúcar, óleo de soja, manteiga e sal, sua relevância no grupo “açúcares, sal, óleos e gorduras” suscita preocupações de saúde pública devido ao impacto do consumo excessivo desses produtos em doenças metabólicas, conforme destaca Mendes (2022). O equilíbrio entre alimentos processados e não processados foi um dos avanços notáveis, refletindo esforços para atender às recomendações alimentares que priorizam saúde e acessibilidade econômica (Farias, 2022).

As mudanças na composição da cesta básica entre 2018 e 2024 refletem não apenas preocupações econômicas, mas também uma crescente atenção às questões de saúde e segurança alimentar. A inclusão de frutas, verduras e castanhas aponta para um esforço em diversificar a dieta, reduzindo a dependência de alimentos processados e promovendo práticas alimentares sustentáveis.

A evolução dos preços da cesta básica no estado de Goiás entre os anos de 2018 e 2023 reflete as transformações econômicas e sociais que impactaram a dinâmica do mercado de alimentos no Brasil, conforme apresentado na Tabela 1.

Durante esse período, eventos como a pandemia de Covid-19, a guerra na Ucrânia e oscilações inflacionárias globais influenciaram diretamente os custos dos itens essenciais.

Tabela 1: Comparativo geral preço cesta básica entre os anos 2018-2023

Ano	Preço Médio da Cesta Básica (R\$)	Variação Percentual Anual (%)	Pico de aumento (%)	Pico de redução (%)	Eventos Notáveis
2018	75,58	9	6	-3	Ano estável
2019	83,89	10	7	-8	Inflação moderada
2020	97,37	18	14	-7	Picos causados pela pandemia
2021	117,95	9	17	-11	Recuperação da cadeia de suprimentos
2022	139,60	11	7	-4	Impactos da guerra na Ucrânia sobre alimentos
2023	136,81	-10	1	-8	Estabilização gradual com leve inflação

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados apresentados na Tabela 1 ilustram a trajetória dos preços médios da cesta básica e suas variações percentuais anuais, fornecendo uma visão ampla das oscilações de preços entre 2018 e 2023. Em 2020, observou-se o maior aumento percentual anual (18%), atribuído às disrupções na cadeia de suprimentos durante a pandemia. Em contraste, 2023 apresentou uma estabilização relativa, com a menor variação durante o período, evidenciando o impacto da recuperação econômica e das políticas de incentivo à produção agrícola. Itens específicos, como arroz, feijão e óleo

de soja, registraram os maiores picos de aumento em anos críticos, reforçando a necessidade de estratégias voltadas à segurança alimentar e à regulação de preços no mercado interno.

Os preços apresentaram tendência de alta, com picos em anos críticos, como 2020 e 2021, em função da pandemia de Covid-19. Esse período foi marcado pela desorganização das cadeias de suprimento, aumento nos custos de insumos agrícolas e variações cambiais, conforme discutido por Baccarin e Oliveira (2021). O impacto foi particularmente evidente em itens como arroz, feijão e óleo de soja, que registraram aumentos expressivos devido à alta demanda global e limitações na oferta interna.

Essas variações, como destacado por Anibal (2022), demonstram o impacto de eventos críticos, incluindo a guerra na Ucrânia, que afetou os preços globais de grãos e fertilizantes, aumentando os custos de produção no Brasil. Gráficos de barras e linhas que ilustram as variações anuais dos preços mostram claramente a tendência de alta em períodos críticos e a estabilização ou redução em anos de menor pressão inflacionária, como 2018 e 2019. Tabelas comparativas detalham os percentuais anuais de variação, destacando padrões sazonais, como os aumentos em dezembro devido à alta demanda e as quedas em períodos de colheita.

A análise reforça a necessidade de intervenções estruturais para mitigar as oscilações de preços, como incentivos à produção local e revisão da carga tributária sobre alimentos essenciais. Conforme Brignani (2023), a ausência de políticas públicas consistentes e os entraves tributários amplificam os impactos econômicos para os consumidores, especialmente os de baixa renda. Assim, estratégias que promovam a estabilidade de preços, aliadas a políticas de incentivo ao consumo saudável, são essenciais para garantir a acessibilidade da cesta básica e atender às demandas nutricionais da população brasileira.

4.8 Fatores que afetam o aumento dos preços dos alimentos

Os fatores que influenciam o aumento dos preços dos alimentos básicos são diversos e interconectados, refletindo uma combinação de elementos econômicos, sociais, climáticos e políticos. Entre os principais determinantes, destacam-se a

inflação alimentar, a relação de oferta e demanda, as políticas públicas e a tributação, bem como eventos globais e especulação nos mercados de commodities.

A inflação alimentar, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é um dos principais indicadores do impacto dos preços dos alimentos na economia. Entre 2018 e 2023, o IPCA apresentou flutuações significativas, com aumentos mais expressivos em 2020 e 2021, durante a pandemia de Covid-19, quando houve desorganização nas cadeias de suprimento e alta nos custos de insumos. Essa inflação alimentar está diretamente correlacionada ao aumento dos preços médios de itens da cesta básica, como arroz, óleo de soja e feijão.

Tabela 2: Variação Anual do IPCA e Preços Médios (2018–2023)

Ano	IPCA geral (%)	IPCA alimentos (%)	Variação Média dos Preços da cesta (%)
2018	3,71	4,14	9
2019	9,69	8,03	10
2020	15,39	15,93	18
2021	8,12	13,20	9
2022	12,47	13,15	11
2023	0,93	0,47	-10

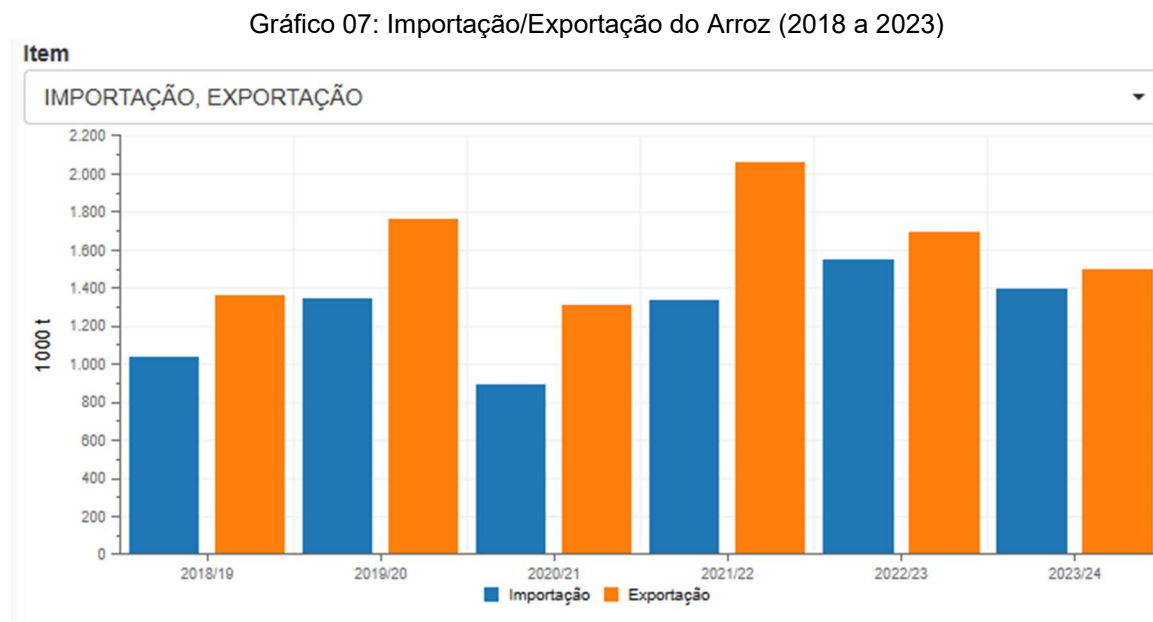
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O estudo de Baccarin e Oliveira (2021) destaca que a inflação alimentar afeta de forma desproporcional as famílias de baixa renda, cuja maior parcela de gastos é direcionada a alimentos. Itens básicos, como feijão e arroz, mostraram-se mais sensíveis às oscilações econômicas e variações sazonais, apresentando aumentos significativos durante períodos de alta inflação.

Os preços dos alimentos básicos também estão intrinsecamente ligados à dinâmica de oferta e demanda. Condições climáticas adversas, como secas ou enchentes, impactam diretamente a produção agrícola, reduzindo a oferta de produtos essenciais como feijão e batata inglesa. Paralelamente, o aumento dos custos de insumos agrícolas, como fertilizantes, contribuiu para a elevação dos preços.

O estudo de Ferreira e Coelho (2017) aponta que a crescente demanda global por grãos e proteínas, especialmente durante crises como a pandemia, gerou uma pressão adicional sobre os preços domésticos, agravada pela desvalorização cambial,

que encareceu as importações e incentivou as exportações, reduzindo a oferta interna.



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Conforme divulgado pela CONAB, houve um aumento nas exportações de grãos, incluindo o arroz. Além disso, as exportações superaram as importações em todos os anos do período analisado.

A redução do ICMS em Goiás foi uma tentativa de conter os aumentos nos preços dos alimentos essenciais. Entretanto, os efeitos dessas medidas foram limitados, pois outros fatores econômicos, como a inflação e a alta nos custos de produção, mitigaram os benefícios tributários. Programas como o Bolsa Família, analisados por Retamiro et al. (2018), contribuíram para o aumento da demanda por alimentos. Embora positivos do ponto de vista social, tais programas podem gerar pressão nos preços quando a oferta não acompanha a demanda crescente.

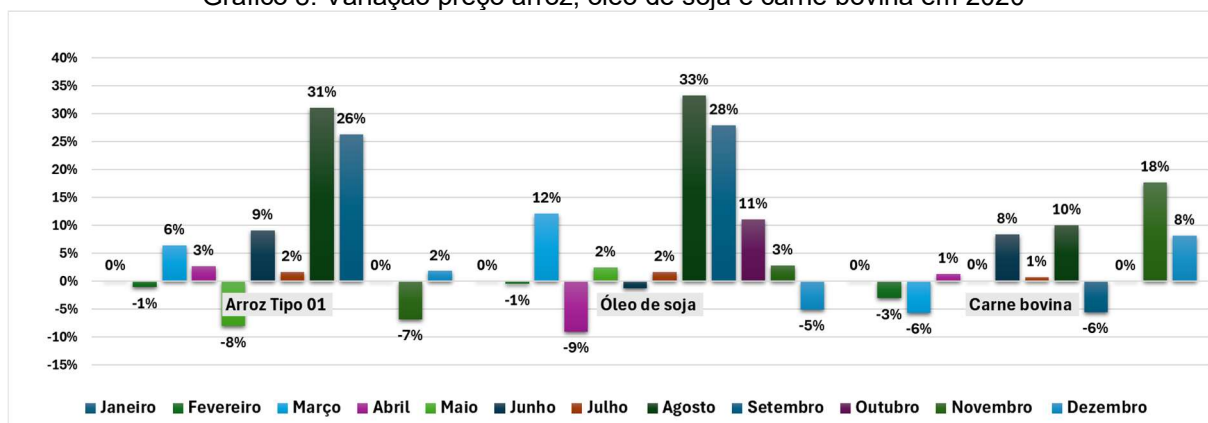
Eventos globais, como a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia, tiveram impactos significativos nos preços dos alimentos no Brasil. A pandemia desorganizou cadeias logísticas globais, enquanto a guerra na Ucrânia afetou diretamente os custos de fertilizantes e grãos, pressionando a produção agrícola nacional. Ressalta-se a especulação nos mercados de commodities, que elevou os preços de produtos básicos como óleo de soja e trigo.

4.9 Relação entre variação de preços e IPCA

A análise da relação entre a variação dos preços dos alimentos da cesta básica e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alimentar permite compreender as dinâmicas econômicas que impactaram o custo de vida entre 2018 e 2023. O IPCA é amplamente reconhecido como um termômetro da inflação no Brasil, refletindo os aumentos de preços em diversos setores, com destaque para alimentos e bebidas, que compõem uma parcela significativa do índice.

A comparação mês a mês entre os preços médios dos itens da cesta básica e o IPCA alimentar revela tendências claras de interdependência. Nos anos de 2020 e 2021, por exemplo, marcados pela pandemia de Covid-19, o IPCA alimentar apresentou picos significativos, com aumentos acumulados superiores a 12% em alguns meses, refletindo a pressão inflacionária decorrente de choques de oferta, desvalorização cambial e aumento nos custos de produção e logística. Esses fatores coincidem com os maiores aumentos de preços registrados em itens essenciais, como arroz, óleo de soja e carne bovina, conforme gráficos 8 e 9.

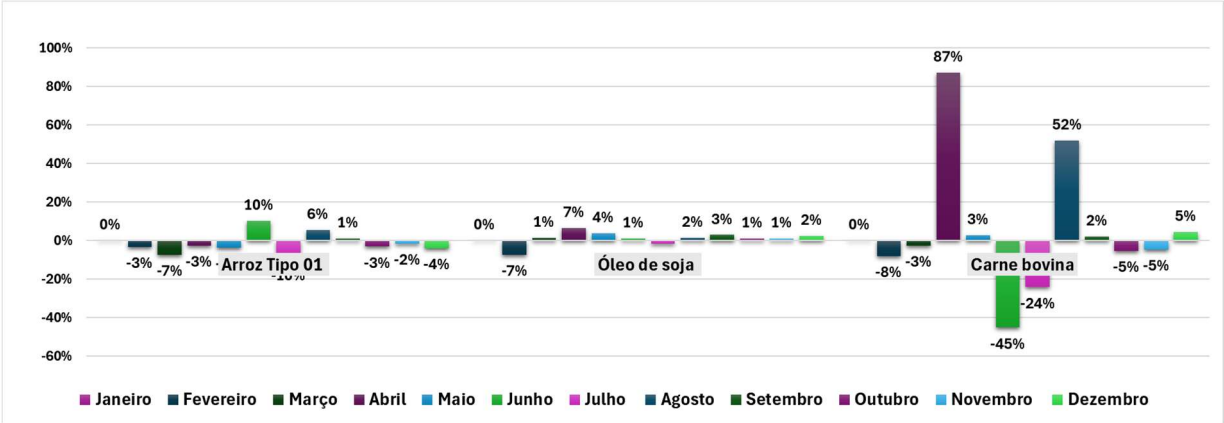
Gráfico 8: Variação preço arroz, óleo de soja e carne bovina em 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nota-se que em agosto de 2020 o arroz registrou aumento de +31%, já o óleo de soja obteve alta de 33%, ambos atingindo o seu pico de aumento durante o período analisado.

Gráfico 09: Variação preço arroz, óleo de soja e carne bovina em 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Já a carne bovina atingiu seu pico em abril de 2021 com aumento de 87%, em agosto do mesmo o ano, também obteve um aumento significativo de 52%.

Tabela 3: IPCA Alimentar 2020 x IPCA Alimentar 2021

Mês	IPCA Alimentar 2020 (%)	IPCA Alimentar 2021 (%)
Janeiro	0,02	0,50
Fevereiro	-0,12	-0,27
Março	0,27	0,69
Abril	1,35	0,60
Maio	0,47	0,24
Junho	-0,40	0,54
Julho	0,30	0,64
Agosto	1,46	1,16
Setembro	3,77	0,87
Outubro	1,74	2,13
Novembro	3,88	-0,77
Dezembro	1,67	1,47

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nos anos seguintes, como 2022 e 2023, a relação entre o IPCA e os preços médios da cesta básica mostrou uma tendência de estabilização relativa, ainda que em patamares elevados. Em 2023, a inflação alimentar foi impactada principalmente por fatores sazonais e custos de insumos, enquanto o IPCA geral apresentou uma

desaceleração devido à redução do impacto de choques externos, como a guerra na Ucrânia e a pandemia.

A correlação entre o IPCA e os preços médios da cesta básica pode ser explicada pela influência de fatores econômicos e sociais que afetaram simultaneamente os dois indicadores. A inflação alimentar é sensível a variações no custo de insumos, como fertilizantes, e a choques na oferta, sejam eles decorrentes de condições climáticas adversas ou de crises globais. Conforme apontado por Baccarin e Oliveira (2021), os eventos externos, como a pandemia, desestabilizaram as cadeias produtivas, resultando em aumentos generalizados nos preços dos alimentos básicos.

Fatores como a desvalorização cambial e o aumento das exportações agrícolas contribuíram para a elevação dos preços domésticos, à medida que os produtores priorizaram o mercado externo, onde os preços eram mais vantajosos. Esse comportamento amplificou a pressão inflacionária interna, particularmente em 2021. Todavia, o retorno gradual à normalidade em 2022 e 2023, combinado com medidas de controle inflacionário, resultou em uma desaceleração do IPCA alimentar, ainda que os preços de alguns itens, como carne bovina e óleo de soja, permanecessem elevados devido aos custos estruturais da cadeia produtiva.

A análise da relação entre os preços e o IPCA destaca a importância de políticas públicas eficazes para mitigar os impactos da inflação sobre os consumidores, especialmente os de baixa renda. A redução do ICMS sobre alimentos essenciais em Goiás, por exemplo, pode ter contribuído para aliviar parcialmente os efeitos da alta de preços, mas não foi suficiente para contrabalançar os choques macroeconômicos e globais. Conforme sugerido por Retamiro et al. (2018), medidas como a ampliação de programas de transferência de renda podem ser complementares, garantindo maior acesso a alimentos em períodos de inflação elevada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou os fatores que influenciam a variação dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica no estado de Goiás, no período de 2018 a 2023, por meio de uma análise sistemática e detalhada. Baseando-se em dados quantitativos e na literatura acadêmica, foi possível identificar os principais determinantes econômicos, sociais e climáticos que afetam os preços dos alimentos essenciais, como a inflação alimentar, a dinâmica de oferta e demanda, as políticas públicas, a tributação e os eventos globais.

A análise revelou que os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelas maiores oscilações, impulsionadas pela pandemia de Covid-19. A desorganização das cadeias de suprimento, o aumento nos custos de insumos agrícolas, a desvalorização cambial e a priorização das exportações agrícolas resultaram em uma elevação significativa nos preços de itens essenciais, como arroz, feijão, óleo de soja e carne bovina. Esses resultados reforçam o impacto de crises globais e desequilíbrios estruturais na economia brasileira, conforme apontado pela literatura, que destaca a necessidade de medidas robustas para reduzir a vulnerabilidade do setor alimentício a choques externos.

A inflação alimentar, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), merece destaque, pois apresentou aumentos expressivos nos anos analisados, especialmente em 2020 e 2021. Essa inflação foi desproporcionalmente sentida pelas famílias de baixa renda, cujos gastos com alimentos correspondem a uma parcela significativa do orçamento doméstico. A correlação entre o IPCA e os preços médios dos alimentos evidenciou como a inflação impacta diretamente o custo de vida e reforça a necessidade de intervenções estruturais para mitigar seus efeitos.

Do ponto de vista das políticas públicas, iniciativas como a redução do ICMS sobre alimentos básicos em Goiás demonstraram potencial para aliviar a pressão sobre os preços. No entanto, os resultados deste estudo indicam que tais medidas não foram suficientes para compensar os impactos de crises sistêmicas e variações sazonais nos preços. Programas como o Bolsa Família, embora fundamentais para ampliar o poder de compra da população vulnerável, também contribuíram para um aumento na demanda por alimentos, intensificando a pressão sobre os preços em cenários de oferta limitada.

Adicionalmente, eventos como a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, evidenciaram a dependência do Brasil de insumos agrícolas importados, como fertilizantes, cujos custos elevados foram repassados aos consumidores. Essa situação reforça a necessidade de políticas que estimulem a produção local de insumos e promovam maior autossuficiência na cadeia produtiva agrícola.

A composição da cesta básica também evoluiu durante o período analisado, refletindo uma preocupação crescente com a diversidade nutricional e a inclusão de alimentos minimamente processados. Contudo, itens básicos como óleo de soja, carne bovina e arroz continuam a apresentar variações significativas de preço, indicando a persistência de desafios estruturais na cadeia de produção e comercialização.

Portanto, este estudo conclui que a estabilização dos preços dos alimentos básicos requer uma abordagem integrada que combine políticas tributárias eficazes, incentivos à produção local, fortalecimento da infraestrutura logística e mitigação dos impactos climáticos. Assim, torna-se relevante ampliar programas de transferência de renda e adotar medidas voltadas à sustentabilidade da produção agrícola, como subsídios para insumos e estímulo à agricultura familiar.

A relevância desse tema torna-se ainda mais evidente diante dos desafios globais e nacionais que afetam a segurança alimentar e a acessibilidade econômica dos alimentos no Brasil. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis, contribuindo para reduzir as desigualdades e garantir o direito à alimentação adequada para a população de Goiás. Trabalhos futuros poderão aprofundar a análise ao incluir a influência de fatores regionais e globais, bem como explorar a eficácia de políticas específicas adotadas em estados com dinâmicas econômicas semelhantes.

6 REFERÊNCIAS

- ANIBAL, Mateus. **Evolução da cesta básica em diferentes regiões brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- ARANHA, João. Políticas públicas de combate à inflação no Brasil. **Revista de Ciências Econômicas**, v. 31, n. 2, p. 141-155, 2022.
- BACCARIN, José Giacomo; OLIVEIRA, Jonatan Alexandre. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021002-e021002, 2021.
- BISOGNIN, Cleber; ROSA, Glaucio Jorge Ferreira; REIS, Diego Brenner. Análise do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) por Meio de Combinações de Previsões. In: **V. 5, N. 5: V Simpósio Nacional de Engenharia de Produção**. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 11.936, de 6 de março de 2024. **Altera a composição da cesta básica nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 mar. 2024.
- BRAZ, André. Inflação: as muitas histórias refletidas nos índices de preços. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 76, n. 10, p. 52-55, 2022.
- BRIGNANI, Eduardo Saraiva de Oliveira. **A Importância da Redução da Carga Tributária na Cesta Básica para o Aumento do Poder de Compra das Famílias Brasileiras**. Monografia (Graduação) — Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.
- BURIGO, Mariana. **O impacto do preço dos alimentos na cesta básica no estado de Goiás**. Universidade Estadual de Goiás, 2020.
- CARVALHO, Valdeir da Silva. **A influência da inflação na economia brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, 2021.
- CIRINO, Jader Fernandes. Índice de preços ao consumidor em Viçosa-MG: resultados da pesquisa de orçamentos familiares 2019/2020. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 213-244, 2021.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Norma da Organização da CONAB (NOC): **Metodologia de Pesquisa e Formação de Preços**. 20.604. Disponível: <https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/normas-da-organizacao#planejamento>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Produtos 360**. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/produtos-360.html>. Acesso em: 14 out. 2024.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Sistema de preços agrícolas**. Disponível em: <https://sisdep.conab.gov.br/precosiagroweb/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

DOMINGUES, Luciano. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 2023.

FARIAS, Roberta. Índice de preços ao consumidor em Viçosa-MG. **Revista Brasileira de Economia Aplicada**, v. 28, n. 4, p. 85-92, 2022.

FERREIRA, Alberes Sousa; COELHO, Alexandre Bragança. O papel dos preços e do dispêndio no consumo de alimentos orgânicos e convencionais no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 4, p. 625-640, 2017.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013.

FURLAN, Amanda Cesta. **A eficácia da política monetária à luz do comportamento dos componentes do IPCA: análise da experiência brasileira entre 2015 e 2022**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP : [s.n.], 2023.

GONÇALVES, Alex Silva; FARIAS, Giácomo Tenório. Os Mecanismos que Viabilizam a Aplicação do Princípio da Capacidade Contributiva na Cesta Básica. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 11, p. 22190-22210, 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Instrução Normativa nº 394/99-GSF**, de 29 de outubro de 1999. Publicada no DOE de 05.11.99

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Preços - Índices de Preços ao Consumidor - IPCA**. Fascículo Indicadores IBGE. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020

LIMA, Mateus Aníbal de. **Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid-19**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MENDES, Kimberly Amoras. **Fatores que influenciam na demanda e na oferta de alimentos orgânicos em Belém/PA**. 42 f. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Tomé Açú, 2022.

MORAIS, Manuela Saker; CAMPELO FILHO, Mussoline Batista; SOUSA, Paulo Phitágoras Rodrigues. Tributação Indireta e a Capacidade Contributiva: Estudo sobre

o Impacto na Cesta Básica. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 11, p. 22190-22210, 2023.

RETAMIRO, William et al. Políticas de transferência de renda e a tributação da cesta básica: uma análise crítica da necessidade do programa bolsa família ante a eventual isenção tributária da cesta básica. **Southern California interdisciplinary law journal**, v. 1, p. 23, 2018.

ROSA, Glaucio Jorge Ferreira; REIS, Diego Brenner Dos; BISOGNIN, Cleber. Análise do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) por meio de combinações de previsões. In: V SIMPÓSIO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2023, Dourados. **Anais** [...]. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

SAATH, Kleverton Clovis de Oliveira; FACHINELLO, Arlei Luiz. Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 195-212, 2018.

SILVA, Alex Gonçalves; ARAÚJO, Dylvan Castro de; FARIAS, Giácomo Tenório; LEAL, Janaine Marques. Os Mecanismos que Possibilitam a Aplicação do Princípio da Capacidade Contributiva à Tributação Indireta Incidente sobre os Gêneros Alimentícios da Cesta Básica. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 11, p. 22190-22210, 2023.

SILVA, Amanda de Souza. **Impactos do ICMS na cesta básica**. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Goiás, 2022.

SILVA, José Roberto da; SOUZA, Ana Paula da; SOUZA NETO, Miguel Xavier de. O Tributo ICMS na Cesta Básica: Contribuições para Formação de Cidadão Matematicizado. In: X Encontro Nacional de Educação Matemática, 2010, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UPE, 2010.

VIEIRA, Patrícia Araújo; PIMENTA, Daiana Paula; CRUZ, Alethéia Ferreira da; SOUZA, Eliane Moreira Sá de. Efeitos do programa de Nota Fiscal eletrônica sobre o aumento da arrecadação do Estado. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 481-491, 2019.